

## **1. Introdução**

A comunicação que desenvolveremos examinará a composição das estruturas defensivas das cidades de Lisboa e Rio de Janeiro no que compete às intenções de defesa entre os anos de 1700 e 1750. Através da análise dos princípios da arquitetura militar presentes nos tratados em estudo, compreenderemos as aplicações da ciência nos desenhos de plantas de fortificação das ditas cidades. A questão central do estudo é esmiuçar quais foram os desdobramentos sociais e políticos da produção e do uso das plantas de fortificação em Portugal e na América da primeira metade do século XVIII. Concebendo a planta de fortificação e os tratados de arquitetura militar como parte constitutiva de um discurso<sup>1</sup> político, identificaremos o seu uso como instrumento de poder para o governo do território português no Reino e na América.

Através do estudo dos tratados “Exame Militar (1703)”, de Luiz Gonzaga e “Tratado do modo com que se devem riscar, e iluminar com aguadas as Plantas de Arquitetura Militar (1721)”, de Diogo Soares<sup>2</sup>, foi possível compreender as técnicas da arquitetura militar, e criar uma metodologia de análise para a leitura das plantas de fortificação. Para a presente análise, pretendemos aplicar nos desenhos de plantas de fortificações do território português, tanto do Reino, mais especificamente da cidade de Lisboa, quanto do Ultramar, em especial do Rio de Janeiro, os métodos de interpretação desenvolvidos. Para tanto, importa ampliar o cabedal teórico com o estudo do “Tratado da Arquitetônica, ou Arquitetura Militar, ou Fortificação das Praças (1740)” de autoria atribuída à Manuel de Azevedo Fortes e do documento: “Plantas da cidade de Lisboa no tocante à sua fortificação e emendas nela propostas e assentadas pelos engenheiros Francisco Pimentel, Manuel Mexia da Silva, Manuel de Azevedo Fortes, António Velho de Azevedo, Manuel do Couto e Manuel Pinto de Vila Lobos que por ordem de Sua Majestade que Deus guarda se fez no ano de 1700”<sup>3</sup>, que nos informa sobre a prática da arte de defesa em Lisboa.

Além dos documentos citados, esse estudo tem como principais fontes históricas, as plantas de fortificação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro do século XVIII, especialmente dos anos de 1700-1750 desenhadas, por exemplo, pelo

---

<sup>1</sup> No sentido de texto.

<sup>2</sup> No processo de pesquisa da dissertação de mestrado, o desenvolvimento dessa temática foi possível.

<sup>3</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo. Documentos digitalizados.

padre matemático Diogo Soares e por outros engenheiros, alguns desconhecidos. O ano inicial do recorte temporal de nossa pesquisa se deve ao período um pouco anterior à datação da maior parte de nossas fontes, 1730. Já 1750 é o começo de um novo período, com a morte de D. João V e ascensão do Marquês de Pombal. O saber relativo à arte de fortificar e às plantas de fortificação será entendido como ferramenta articulada à ação política, e a partir do exame de sua linguagem e técnica, perceberemos as relações entre a produção desse conhecimento com a tentativa de manter o domínio sobre o território.

O estudo que propomos contém um ineditismo que precisa ser destacado, principalmente no que tange à comparação das defesas das cidades de Lisboa e Rio de Janeiro. O conjunto de fontes que será analisado também merece a caracterização de inédito, em especial a obra atribuída ao engenheiro-mor do Reino Manuel de Azevedo Fortes.

## **2. Questões políticas**

Para a compreensão da necessidade de defesa, há de observar que na primeira metade do século XVIII, Lisboa e Rio de Janeiro são lugares estratégicos para a Coroa Portuguesa, a primeira por ser o coração do reino e a segunda se constituindo como a cabeça das conquistas.

Recuando um pouco no tempo, ainda em meados dos seiscentos, no processo da Restauração e em meio às guerras entre suas colônias e a Holanda, por exemplo, o reino Português estava em crise. E, muito em função da concorrência com Inglaterra, França e Holanda, o poderio português diminuía no Mar das Índias, que não era mais suficiente para manter a economia de Portugal <sup>4</sup>.

Em 1703, Portugal ainda na busca pela manutenção de sua independência frente à Espanha, assinou o Tratado de Methuen <sup>5</sup> com a Inglaterra e se posicionou na Guerra de Sucessão da Espanha. A disputa pelo trono espanhol, deflagrada entre os Bourbons e os Habsburgos, acarreta uma guerra em solo português e Conquistas. Em 1705, por exemplo, a fortaleza da Colônia do Sacramento é alvo do assalto espanhol, tendo o

---

<sup>4</sup> C. R. Boxer. “O Império Marítimo Português: 1415-1825”. Rio de Janeiro, Edições 70, 1969.

<sup>5</sup> Esse tratado estipulou que Portugal permitisse a entrada dos panos ingleses – legalização de uma situação que já era real – e a Inglaterra concedia um direito preferencial aos vinhos portugueses em face dos franceses, outra consagração de uma situação já vivenciada.

governador português, Sebastião Veiga Cabral, desertado juntamente com alguns civis<sup>6</sup>. Pois, “a mudança de rumo da política externa portuguesa levou o palco da guerra para seu território, tanto na Europa, quanto em diversas praças do Império, especialmente a América”<sup>7</sup>.

Os desdobramentos da disputa pelo trono espanhol são exemplos do que o historiador Nuno Gonçalo Monteiro chama de “pano de fundo” da administração central portuguesa. Na busca por encontrar a essência do projeto político português dos séculos XVII e XVIII, o autor ressalta que, apesar das limitações na documentação que trata do tema, esse “pano de fundo” permite que se compreenda que a unidade da política portuguesa fora expressa no binômio guerra-diplomacia, ou seja, nas escolhas entre guerra e paz. Um exemplo de que muitos dos acontecimentos políticos resultaram desse binômio foi a referida aliança que Portugal firmou com a Inglaterra com o objetivo de obter força e proteção militar, política e diplomática<sup>8</sup>.

As Conquistas portuguesas também são alvos nessa disputa entre França e Grã-Bretanha devido às possibilidades comerciais e à prata da América Espanhola. Para impedir que os franceses dominassem, com alcance das Índias de Castela, o mar e o continente, a Inglaterra se une à Áustria, à Holanda e alguns principados alemães. Caso a França dominasse a Espanha, as conquistas portuguesas da América, bem como suas rotas marítimas e comerciais estariam ameaçadas. Com isso, foi impossível que Portugal mantivesse a neutralidade no conflito, optando por apoiar à Inglaterra. Do lado oposto à França, os portugueses foram, então, seus alvos. Em Benguela no ano de 1705, Ilha do Príncipe no ano seguinte, em São Tomé e Santiago do Cabo Verde em 1709 e 1712, respectivamente. Além, é claro, do Rio de Janeiro em 1711.

Foi nesse momento que a América ganhou em definitivo a presença do Império Português, operando o deslocamento do seu eixo de atenção e governo<sup>9</sup>. As autoridades coloniais incentivaram esse movimento de “ocidentalização” da colônia, passado de

---

6 Júnia Ferreira Furtado. “Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra de Sucessão Espanhola, o Tratado de Utrecht e a América portuguesa na cartografia de D’Anville”. *Topoi*, v. 12, n. 23, jul - dez. 2011, p. 66-83.

7 Júnia Ferreira Furtado. “Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra de Sucessão Espanhola, o Tratado de Utrecht e a América portuguesa na cartografia de D’Anville”. *Topoi*, v. 12, n. 23, jul - dez. 2011, p. 69.

<sup>8</sup> Nuno Gonçalo Monteiro. “Identificação da política setecentista. Notas sobre Portugal no início do período joanino”. *Revista Análise Social*, vol. XXXV (157), 2001, 961-987.

<sup>9</sup> Esse deslocamento do eixo de investimento português já começava a se manifestar quando D. João IV determinou que os primogênitos dos reis recebessem o título de “Príncipe do Brasil”, ainda no século XVII.

uma aventura marítima para a ocupação do interior, do sertão<sup>10</sup>, o que significou a posse definitiva e sistemática das terras americanas. O poder do monarca português estava agora vinculado a uma lógica territorialista (de governo), nesta a manifestação do poder se apresentava na extensão e na densidade populacional de seus domínios.

O quadro do início do século XVIII, com D. João V à frente do governo português, foi marcado pela ascensão do ouro em sua grande colônia americana, bem como por um expressivo aumento demográfico, o que fortaleceu a autoridade do monarca<sup>11</sup>. A importância estratégica da América Portuguesa pode ser identificada na declaração de André João Antonil de “quanto é justo que se favoreça o Brasil, por ser de tanta utilidade ao reino de Portugal”<sup>12</sup>. A afirmação demonstra o papel fundamental que a América Portuguesa passou a ter na política da Coroa. Antonil afirma que pela riqueza e pelo “bem público”, o Brasil era entre as conquistas, a melhor e a mais útil. As minas das Gerais rendiam alto aos cofres reais, sendo, portanto, o Brasil merecedor do favor de Sua Majestade. Diversas petições da Câmara do Rio de Janeiro, bem como o atendimento do rei a essas demandas, evidenciam essa situação.

Nesse sentido, o processo de conquista da América Portuguesa ao longo dos setecentos foi marcado pelo aumento da preocupação com a defesa, em particular em enclaves estratégicos como a cidade do Rio de Janeiro. Segundo análise de C. R. Boxer, em sua obra “Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686”<sup>13</sup> ainda no seiscentos, há o começo do processo de consolidação do domínio português sobre a Costa da América após a expulsão dos holandeses do nordeste. Esse autor aponta que o sustento de Portugal provia dos lucros do tráfico com o Brasil<sup>14</sup>, e que a questão de defesa não era apenas um assunto da administração da colônia, ou dos colonos, mas também do Reino, e de seus funcionários, os colonizadores. Como já o demonstrara o fortalecimento da defesa das costas do Rio de Janeiro pelos irmãos Gonçalo Correia de Sá e Martim de Sá, em 1621<sup>15</sup>.

A criação de cidades fortificadas se constituiu como indispensável não apenas para a defesa, mas para a manutenção do próprio processo de colonização. A arquitetura

---

<sup>10</sup> No sentido de deserto para *desertão*, até sertão: espaço vazio, não ocupado.

<sup>11</sup> Rodrigo Nunes Bentes Monteiro. “O teatro da colonização. A cidade do Rio de Janeiro no tempo do Conde de Bobadella (1733-1763)”. Dissertação de Mestrado, USP, 1993.

<sup>12</sup> André João Antonil. “Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas”, 1711, pp. 315.

<sup>13</sup> C. R. Boxer. “Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686”. Brasileira, Volume 353. Tradução de Olivério de Oliveira Pinto, 1973.

<sup>14</sup> Para D. João IV, o Brasil era como uma “vaca de leite”.

<sup>15</sup> Tio e pai de Salvador Correia de Sá e Benavides.

militar foi nesse sentido uma das bases de uma específica organização colonial. Maria Fernanda Bicalho<sup>16</sup> ao estudar vários aspectos do Rio de Janeiro, dentre eles a sua formação física e estrutural, aponta para o desenvolvimento da dita cidade esbarrando na necessidade de ela ser enclausurada em fortificações<sup>17</sup> devido ao constante medo de invasões, sendo, então, a defesa parte constitutiva do processo de formação da cidade.

Importante é demonstrar também como a defesa contra a ameaça externa não deixa de se relacionar com a defesa e manutenção da ordem interna porque a defesa contra perigos externos acarreta manutenção da segurança interna, mesmo que no âmbito do simbólico. Para explicar o motivo desse medo interno, há o estudo de Silvia Hunold Lara que destaca o significativo crescimento populacional, com maioria de negros, ou melhor, pretos, mulatos e pardos<sup>18</sup>. Tal fato nos remete à necessidade de defesa e ordem interna já que, uma cidade povoada em sua maior parte por pessoas consideradas inferiores e apartadas da liberdade, requer proteção de possíveis revoltas e rebeliões.

## 2.1. A cidade de Lisboa

A defesa deveria ser considerada um importante aspecto da política portuguesa, como mostra a sua força e indispensável aplicação destacadas por Francisco de Holanda<sup>19</sup>, ainda em 1571:

Pois que Lisboa não tem nenhuma fortaleza se lhe acontecer um trabalho de guerra. E se dizem os que pouco sabem e *consirão* que não há mister Lisboa fortaleza, porque a fortaleza dela são os Portugueses. A isto Respondo que Nosso Senhor é só sua fortaleza. E que mais fortes foram Jerusalém e Roma e Constantinopla e Cartago as quais foram até o fundo quase assoladas. Por isso ninguém se engane com suas *presuntuosas* indiscrições e pouca prudência. Pois vemos que os Santos Reis e Papas costumam fortalecer suas cidades. Assim que já que V.A. manda pelo Reino fazer novas fortalezas e pela costa do Mar como é muito de Louvar. Mande também fazer a Lisboa sua fortíssima fortaleza de Bastiões [ou baluartes], Portas e Muros. Pois que é *cabeça* de todas conforme a este Desenho [do muro e da porta principal],

---

<sup>16</sup> Maria Fernanda Bicalho. “A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII”. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

<sup>17</sup> As fortificações não mais como um marco da ocupação, mas também para a defesa articulada que possibilita o governo da coroa.

<sup>18</sup> Silvia Hunold Lara. “Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura, poder na América Portuguesa”. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

<sup>19</sup> Pintor, arquiteto e humanista português.

ou a outro melhor (Francisco de Holanda, “Da Fabrica que falece à cidade de Lisboa”, 1571) <sup>20</sup>.

Tal inscrição do autor está acompanhada de uma imagem de um muro de Lisboa e aponta algumas das características centrais da arquitetura militar ensinada no século XVI e desenvolvida pelos portugueses setecentistas <sup>21</sup>.

Começamos com a afirmativa inicial que revela não haver naquele momento em Lisboa defesa através de fortalezas, sendo esta a demanda de Francisco de Holanda. Esse autor lança mão de uma estrutura argumentativa – da inclusão de uma questão seguida de um posicionamento – muito semelhante aos tratadistas portugueses do século XVIII, que também ensinaram arquitetura militar, como é o caso de Luiz Gonzaga. Em seguida, Francisco de Holanda afirmou que a prudência de reis e papas estava em defender suas cidades por meio de fortalezas compostas por baluartes, portas e muros. Ao mostrar que o rei prudente ordenava a aplicação correta das técnicas defensivas na costa do mar de seu Reino, o autor salienta que faltava tal destreza em Lisboa. Por fim, com o próprio desenho como instrumento de persuasão e ensino, o objetivo do autor é instruir para a defesa, tendo no desenho os elementos defensivos que deveriam ser aplicados, como a muralha.

Para explicar a intenção de Francisco de Holanda, Joaquim Romero Magalhães afirma ter sido para engrandecer a capital Lisboa, sem mencionar o primordial, que era a demanda por defesa para essa cidade. Pelo exposto, percebemos que a importância do tema de nossa pesquisa está em começar a sanar a lacuna da historiografia sobre o estudo sistemático da arquitetura militar em Portugal do século XVIII, bem como de suas raízes nos períodos Quinhentistas e Seiscentistas.

## **2.2. A cidade do Rio de Janeiro**

A ameaça constante dos inimigos franceses e tupinambás marcou a formação do Rio de Janeiro. Os portugueses interessados nos recursos provenientes da região, a ocuparam com o intuito de protegê-la. “Não é outra a razão de, na encruzilhada de um partido urbanístico a ser tomado, ter prevalecido o viés militar da fortificação e da

---

<sup>20</sup> Apud: Joaquim Romero Magalhães. “O enquadramento do espaço nacional”. In: José Mattoso. “História de Portugal. No Alvorecer da Modernidade”. Portugal, Editora Estampa, 1993, p. 12.

<sup>21</sup> Anexo I.

defesa; e, no planejamento das políticas e das ações públicas, ter dominado a preocupação com a segurança interna e externa da região”<sup>22</sup>.

Antes mesmo da primeira metade do século XVIII, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro já era a cabeça da principal região colonial do Império Português, e elo entre a metrópole e sua colônia. O que nos ajuda a compreender o motivo de ser na análise de Ilmar Rohloff de Mattos identificada como núcleo militar e uma das faces da moeda colonial – sendo a coroa a outra face –, merecendo destaque, e não apenas o espaço rural como normalmente fora evidenciado pela historiografia. O que nos remete também à ideia de região que está associada a reger e comandar, aspecto de que enquanto construção em sociedade, a cidade articula os processos de adaptação e transformação do homem em sociedade, acontecendo a efetiva dominação sobre o território<sup>23</sup>.

A especificidade de porto escoadouro das Minas faz do Rio de Janeiro, nas palavras de Antonio Carlos Jucá de Sampaio<sup>24</sup>, a encruzilhada do Império. Sampaio explica tal assertiva através do fato de que em fins do século XVII, o ouro fora descoberto no interior da América. A partir desse momento, o papel da cidade do Rio de Janeiro no quadro imperial é redefinido pela criação do que o autor chama de mercado consumidor nas regiões das Minas. Para além dessa dimensão, a importância da cidade está também em possibilitar a comunicação com o reino, o comércio e trocas (hábitos e costumes) com o Oriente, bem como no tráfico de escravos africanos. Desse modo, a descoberta do ouro, o desenvolvimento da economia escravista e da produção açucareira (o que aumentou o tráfico de escravos) indicam o crescimento da cidade em estudo e de sua população<sup>25</sup>.

As rotas do Atlântico Sul tinham no Rio de Janeiro seu principal porto. Por lá passavam as riquezas lusas, como as da região das Minas que nesse período vivia um intenso crescimento populacional, recebendo indivíduos oriundos do reino e de outras regiões coloniais. Além disso, na década de 1720, ocorreu a abertura do chamado Caminho Novo, ligando as minas à cidade do Rio de Janeiro. Com o crescimento do

---

<sup>22</sup> Nireu Oliveira Cavalcanti. “O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte”. Rio de Janeiro, J. Zahar, 2004, p. 42.

<sup>23</sup> Ilmar Rohloff de Mattos. “Tempo Saquarema”. São Paulo, Editora Hucitec, 1987.

<sup>24</sup> Antonio Carlos Jucá de Sampaio. “Encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 – c.1750)”. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003.

<sup>25</sup> Silvia Hunold Lara. “Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura, poder na América Portuguesa”. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

comércio dos produtos das minas, o Rio de Janeiro “[se converte] no principal porto de escoamento dos metais e pedras preciosas para o Reino, e centro de abastecimento da região mineira”<sup>26</sup>.

Principal destino das mercadorias vindas da metrópole já nas décadas de 1720 e 1730, o Rio de Janeiro superou em importância Salvador, que era a capital da colônia. E ao ganhar mais visibilidade, passou a necessitar de proteção<sup>27</sup>. Além disso, sua privilegiada localização de entreposto comercial com a Colônia do Sacramento ao sul, o que possibilitava o acesso ao Rio da Prata e às minas peruanas, a definiam como o centro político-econômico do Império. A cidade do Rio de Janeiro passava a ser vista como

uma das pedras mais preciosas que ornaram a coroa de Vossa Majestade, de cuja conservação e bom governo depende a segurança das Minas, e ainda a de todo o Brasil [...] aquela conquista [...] constitui hoje a principal parte da Monarquia Portuguesa, e sem a qual periga infalivelmente em toda ela<sup>28</sup>.

As opiniões do período sobre a cidade corroboram a sua ascensão: para o governador Antonio Brito de Meneses, em 1718, “a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro opulenta mais que todas as do Brasil, por razão do seu largo comércio, e serem os seus gêneros os mais preciosos”; e para o governador Luís Vahia Monteiro, em 1726, “esta terra é hoje um império, donde carrega todo o tráfico da América, e descarrega todo o peso, e aviamento dos governos das Minas Gerais e São Paulo”<sup>29</sup>.

Também é importante mencionar que a cidade do Rio de Janeiro tem os usos e costumes de seu espaço urbano regidos tanto por critérios e ordenações da Coroa Portuguesa, quanto pelas especificidades de sua condição colonial<sup>30</sup>. O que implica dizer que a defesa foi gerida por parâmetros reinóis e coloniais, e como monumentos da Conquista, segundo Boxer, os fortes e as fortalezas estão ao lado da igreja, da Casa de Misericórdia, da Câmara e do Pelourinho.

### **3. As plantas de fortificação como fontes históricas**

<sup>26</sup> Rodrigo Nunes Bentes Monteiro. “O teatro da colonização. A cidade do Rio de Janeiro no tempo do Conde de Bobadella (1733-1763)”. Dissertação de Mestrado, USP, 1993, p. 38.

<sup>27</sup> Antonio Carlos Jucá de Sampaio. “Encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 – c.1750)”. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003.

<sup>28</sup> Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), RJ, Avulsos, Cx. 9, doc. 47. Consulta do Conselho Ultramarino de 21 de Abril de 1712. Apud BICALHO, 2003, p. 54.

<sup>29</sup> Antonio Carlos Jucá de Sampaio. “Encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 – c.1750)”. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003, p. 148

<sup>30</sup> Maria Fernanda Bicalho. “A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII”. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.



As plantas de fortificação e os mapas são entendidos como objetos iconográficos que nos possibilitam perceber a dimensão da defesa no processo de colonização portuguesa da América. As fortificações e suas plantas são consideradas como fontes históricas, na medida em que há o caráter do significado da fortificação, e não apenas de sua concreta edificação. Roberto Conduru destaca seu múltiplo e simultâneo aspecto, de monumento e documento.

Recorrendo à possibilidade desses objetos falarem tanto da classe de objetos a que pertencem quanto do momento e do lugar em que surgiram, pode chegar à história social da cultura desenvolvida às margens da baía de Guanabara e, também, esclarecer sobre as práticas da cartografia e da fortificação em particular e em suas relações com a história da arte e da ciência <sup>31</sup>.

Nesse paradigma do caráter retórico das plantas de fortificação e da importância do estudo de suas técnicas, Conduru, em seu estudo sobre o Rio de Janeiro setecentista, argumenta que a potência virtual do sistema defensivo é maior do que a potência real. Para o autor, “mais do que a função prática da arquitetura militar – garantir a segurança – evidencia-se a função significadora – simular a segurança”. O complexo defensivo afirma-se enquanto sistema de imagens, reforçando o seu caráter teatral de cenografia para o espetáculo da guerra <sup>32</sup>.

Ao identificar o caráter político e simbólico dos desenhos, sejam em mapas ou nas plantas de fortificação, o estudo de Beatriz Bueno, em “Decifrando mapas: sobre o conceito de território e suas vinculações com a cartografia”, propõe uma metodologia de análise morfológica da linguagem cartográfica, abordando essa linguagem como cultura material.

Bueno busca compreender o processo de produção através de tratados de geometria prática, desenho e arquitetura, contemporâneos ao objetivo de estudo. Teremos um percurso próximo para leitura das nossas fontes. Como a autora,

---

<sup>31</sup> Roberto Conduru. “Geometria Bélica: cartografia e fortificação no Rio de Janeiro Setecentista. In: Universo Urbanístico Português (1415-1822)”. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 122.

<sup>32</sup> Roberto Conduru. “Geometria Bélica: cartografia e fortificação no Rio de Janeiro Setecentista. In: Universo Urbanístico Português (1415-1822)”. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 122.

verificamos como os códigos de representação são observados, bem como as condições técnicas da sua produção e os cuidados na interpretação da sua linguagem: as plantas de fortificação como objetos culturais. Importante também é o estudo da morfossintática de um texto, com diferentes níveis de representação e códigos figurativos de acordo com escolhas culturais e concepções de mundo.

Como qualquer documento histórico, as plantas de fortificação apresentam lógicas específicas em diferentes contextos, pois, as convenções cartográficas são próprias de cada período. Por isso, o seu entendimento nesse pressuposto teórico-metodológico permite a associação destes documentos com a formação do universo urbanístico das cidades que serão estudadas.

As cartas nos trazem uma realidade nova, abstrata e simbólica, segundo convenções sociais validadas pelo uso, que fazem com que numa certa época e sociedade se reconheça o mundo sobre o qual se vive numa determinada configuração gráfica <sup>33</sup>.

Beatriz Bueno em outro trabalho, “A Iconografia dos Engenheiros Militares no século XVIII: instrumento de conhecimento e controlo de território”, prossegue na argumentação de que a representação visual – sejam mapas ou plantas – não é produto de códigos universais, mas, é objeto oriundo de um contexto cultural específico, apresentando uma dimensão retórica, sendo caracterizada como instrumento de poder. Por isso,

A análise de séries conexas de desenhos nos permite entrever, através da imagem, os diferentes momentos da política de colonização portuguesa. A leitura das entrelinhas do discurso visual é necessária, já que nos possibilita verificar o grau de manipulação a que se prestam tais objetos, utilizados como meios de persuasão, sedução e por vezes ilusão <sup>34</sup>.

---

<sup>33</sup> Beatriz Bueno. “Decifrando mapas: sobre o conceito de território e suas vinculações com a cartografia. Ensaio parte da Tese de Doutorado, intitulada: Desenho e Desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822), 2001, p. 195.

<sup>34</sup> Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. Iconografia dos Engenheiros Militares no século XVIII: instrumento de conhecimento e controle do território. In: Universo Urbanístico Português (1415-1822)”, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 115.

Desenho é, então, identificado como desígnio, entendendo por desígnio a intenção de, como propostas políticas e sociais de um período, sendo, portanto, identificada nessas expressões à dimensão da idéia. A perspectiva da invenção presente nessa concepção, aponta para um campo vasto de métodos de pesquisa. Bueno lembra que “‘desenho’ era também o exercício mental que precedia a viabilização de qualquer coisa – não exclusivamente os arquitetonos; era o elo entre o conhecimento da realidade e a ação sobre ela e, portanto, sinônimo de desígnio”<sup>35</sup>. E no século XVII, como projeto.

No entanto, diferente do que aquela autora afirma não há um “lado artístico” do engenheiro. A partir do ensino de Luiz Gonzaga, pode-se concluir que esse “lado artístico” não existe porque a arquitetura militar é arte e é ciência concomitantemente. Em seu saber fazer, o engenheiro precisa ser mestre na arte, que é a técnica, e na ciência, como a teoria, que culminam na arquitetura militar.

A expressão do desenho era a partir do modelo do arquiteto da antiguidade romana, Vitruvius. Por meio da iconografia (planta); ortografia (perfil, elevação); cenografia (corte paralelo, perspectiva). “Nesses *desenhos* entrecruzam-se saberes diversos; fornecem um registro do estado do saber científico de cada período e suas respectivas possibilidades técnicas”. O vínculo entre a arquitetura militar e a geometria prática pode ser da seguinte forma explicado: “As matemáticas estavam no coração da revolução científica operada no Renascimento; na base de novas técnicas e novos instrumentos com os quais se podiam analisar fenômenos físicos em quase todos os campos das ciências aplicadas e ofícios tradicionais”. Para Vitruvius, a arquitetura era composta de ordenação; disposição; euritmia; simetria; decoro; distribuição<sup>36</sup>.

O caráter de uma específica organização militar, em fins do século XVII e início do XVIII, como meio de garantir a posse das terras e também a construção do território ultramarino, nos permite ver como a fortificação foi um dos pontos importantes da formação urbana no Reino e na América. Por este motivo, inúmeros técnicos, engenheiros-militares foram enviados pela Coroa com o intuito de esquadrihar o espaço urbano, principiando esse processo na confecção de mapas e plantas de fortificação. Para a posse e controle do espaço, a defesa é representada simbolicamente

---

<sup>35</sup> Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. “Desenho e Desígnio: o Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)”. São Paulo, Edusp, 2011, p. 30.

<sup>36</sup> Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. “Desenho e Desígnio: o Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)”. São Paulo, Edusp, 2011, p. 35 e 36.

nos desenhos das plantas de fortificação. As fontes dessa pesquisa constituem, portanto, exemplos de desenhos utilizados como representação do poder português nas cidades de Lisboa e Rio de Janeiro.

Para a interpretação da linguagem do desenho, o papel dessa imagem e de sua ciência no imaginário social português precisa ser problematizado. Como a ciência não está dissociada da sociedade, não há como deixar de analisar os usos sociais da arquitetura militar para o século XVIII. Pierre Bourdieu<sup>37</sup> trabalha tal tema sobre a perspectiva de campo, e campo científico. Um campo como a história da ciência deve ser estudado a partir da sua lógica, que está em um “universo intermediário” entre texto e contexto, e não nessas instâncias separadamente.

Nesse sentido, algumas questões são pertinentes: Como desvelar o campo científico da arquitetura militar portuguesa do século XVIII? Seus princípios estão em autonomia ou respondem às demandas sociais? Ou as duas possibilidades são verossímeis? Com o intuito de responder tais questões, devemos nos debruçar sobre a história desse saber, e sua prática, desse modo, será possível entender seu uso social.

Bourdieu afirma que campo científico é um campo de forças e de lutas, o que pode ser observado nos debates relativos à arquitetura militar presentes nos tratados que serão estudados. Outra chave interpretativa para a nossa documentação é a presença de nomes citados nos diferentes tratados, como que compo o que Pierre Bourdieu chama de estrutura das relações objetivas, ou redes de informações, necessárias para o entendimento dos princípios do campo. O cotejamento dessas redes por meio da comparação das principais ideias de seus autores será fundamental para o desenvolvimento de trabalhos futuros.

---

<sup>37</sup> Pierre Bourdieu. “Os usos sociais da ciência”. São Paulo, Editora UNESP, 2004.

## Referências

### Plantas e mapas

- Planta do Rio de Janeiro (1713). Brigadeiro João Massé. Arquivo Histórico Ultramarino/Arquivo Histórico do Exército do Rio de Janeiro.
- Perfis das novas obras projetadas para a Fortaleza de Villegaignon – Est. 14 (1730). Autor desconhecido. Arquivo Histórico do Exército de Brasília, GB-145.
- Planta da Ilha da Boa Viagem (1735). Autor desconhecido. Arquivo Histórico do Exército de Brasília, RJ-032.
- Prise do Rio de Janeiro 1711 (174?). Autor desconhecido. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (cart 20568\_016).
- Carta Topographica da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, tirada, e executada pelo Capitão André Vaz Figueyra, Acadêmico da Aula Militar, 1750. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.
- Plan de la baye et du port de Rio-Janeiro (175?). Autor desconhecido. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (cart 168430).
- Prospectiva da cidade do Rio de Janeiro vista da parte do norte, na ilha das Cobras, no baluarte mais chegado a são bento, da qual se vê diminuir em proporção seu prospecto, até a barra, como o risco representa (1760). Coronel Miguel Ângelo Blasco. Arquivo Histórico do Exército do Rio de Janeiro.
- Planta da Fortaleza do Patriarca São José, que se construiu na Ilha das Cobras (1760). Brigadeiro José da Silva Paes. Arquivo Histórico do Exército do Rio de Janeiro.
- Plano da cituação das três principaes Fortalezas da entrada da Barra do Rio de Janeiro na verdadeira posição em que elas se-ach (ca. 1764). Autor desconhecido. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (cart 176050).
- Construction de l'ovrage a Couronne. (Plantas da Fortaleza de Santa Cruz na entrada da Baía de Guanabara), (1769). Jacques Funck. (Instituto de Estudos Brasileiros – IEB/USP).
- Prospecto da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: situado no... (1775). Luís Santos Vilhena. (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).
- Plano da cidade do Rio de Janeiro, com a parte mais essencial de seu porto, e todos os lugares fortificados (1798). José Costa. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.
- Planta da entrada da Barra do Rio de Janeiro (17??). Autor desconhecido. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (cart 1033403).
- Planta da Fortaleza da Ilha das Cobras (17??). Autor desconhecido. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (cart 326434).

- Plan de la Baye de Rio de Janero et de ses defenses (17??). Autor desconhecido. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (cart 326405).
- Planta Topográfica da Fortaleza de São João da Barra do Rio de Janeiro (17??). Manuel Vieira Leão. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (cart 745234).
- Plan de la baye de Rio-Janeiro (17??). Jacques Nicolas Bellin. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (cart 249843).

### Fontes Documentais

ANTONIL, André João. “Cultura e Opulência no Brasil por suas Drogas e Minas (1711)”.

ARAUJO, João Salgado de. “Sucessos militares das armas portuguesas em suas fronteiras depois da real aclamação contra Castela. Com a geografia das províncias e nobreza dellas (1644)”. Biblioteca Nacional de Portugal.

AZEVEDO, Luís Martinho de. “Comentários dos valorosos feitos, que os portugueses obraram em defesa de seu Rei, e pátria na guerra de Alentejo (1644)”. Biblioteca Nacional de Portugal.

FORTES, Manoel de Azevedo. “O Engenheiro Portuguez (1729)”. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

\_ “Tratado do modo o mais fácil e o mais exato de fazer as Cartas Geográficas, (1722)”. Biblioteca Nacional de Portugal.

\_ “Tratado da Arquetônica, ou Arquitetura Militar, ou Fortificação das Praças (1740)”.

GONZAGA, Luiz. “Exame Militar, (1703)”. Biblioteca da Ajuda, Portugal.

HOLANDA, Francisco de. “Da Fabrica que falece à cidade de Lisboa” (1571).

PIMENTEL, Luis Serrão. “Método Lusitano de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares. Fortes de Campanha e outras obras pertencentes a arquitetura militar. Distribuído em duas partes, Operativa e Qualificativa (1680)”. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

SOARES, Diogo. Manuscrito “Novo Atlas Lusitano ou Teatro Universal do Mundo Todo (1721)”. Biblioteca Nacional de Portugal.

### **Livros, teses e artigos**

ALMEIDA, André Ferrand de. “A Formação do Espaço Brasileiro e o Projeto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)”. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

BICALHO, Maria Fernanda. “A Cidade e o Império, o Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro”. Civilização Brasileira, 2003.

BLANCO, Laura Maria de Moraes – *A Cortina de Taipa, Pedra e Cal: as fortalezas da Baía de Guanabara*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2009. Dissertação de Mestrado.

BOXER, C. R. “Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686”. Brasiliana, Volume 353. Tradução de Olivério de Oliveira Pinto, 1973.

\_ “O Império Marítimo Português: 1415-1825”. Rio de Janeiro, Edições 70, 1969.

BOURDIEU, Pierre. “Os usos sociais da ciência”. São Paulo, Editora UNESP, 2004.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. “A Iconografia dos Engenheiros Militares no século XVIII: instrumento de conhecimento e controlo de território. In: Universo Urbanístico Português (1415-1822)”. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

\_ “Decifrando mapas: sobre o conceito de território e suas vinculações com a cartografia. Ensaio, parte da Tese de Doutorado, intitulada: Desenho e desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)”, defendida na FAU/USP, em 2001. Sob a orientação do Prof. Dr. Nestor Goulart Reis Filho.

\_ “Desenho e Desígnio: o Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)”. São Paulo, Edusp, 2011.

CAMENIETZKI, Carlos Ziller. “Problemas da História da Ciência na época colonial: a colônia segundo Caio Prado Jr.” In: **Ciência em Perspectiva. Estudos, ensaios e debates**. Rio de Janeiro, MAST/SBHC, 2003.

- CARDIM, P. “La aspiración imperial de la monarquía portuguesa (siglos XVII-XVIII)”. In: SABATINI, G. (org) “Comprendre le monarchie iberiche. risorse materiali e rappresentazioni del potere”. Roma: Viella, 2010.
- CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (orgs.). “Nova História Militar Brasileira”. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- CAVALCANTI, Nireu Oliveira. Tese de doutoramento (UFRJ): “A Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: as muralhas, sua gente, os construtores (1710-1810)”. Rio de Janeiro, 1997.
- \_ “O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte”. Rio de Janeiro, J. Zahar, 2004.
- CONDURU, Roberto. “Geometria Bélica: cartografia e fortificação no Rio de Janeiro Setecentista. In: Universo Urbanístico Português (1415-1822)”. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.
- CORTESÃO, Jaime. “Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid”. Lisboa, Seara Nova, 1950.
- CURTO, Diogo Ramada. “O Discurso Político em Portugal (1600-1650)”. Projecto UNIVERSIDADE ABERTA, Lisboa, 1988.
- Dicionário “Verbo: enciclopédia luso-brasileira de cultura” (1969); volume 9 (GAC – HER).
- DOMINGUES, Ângela. “Notícias do Brasil colonial – a imprensa científica e política a serviço das elites (Portugal, Brasil e Inglaterra)”. Varia História, Belo Horizonte, vol. 22, nº 35: p. 150-174, Jan/Jun 2006.
- \_ “O Brasil nos relatos de viajantes ingleses do século XVIII: produção de discursos sobre o Novo Mundo”. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 28, nº 55, p. 133-152, 2008.
- DORÉ, Andréa. “A ‘Figura de Lisboa’ (1571), de Francisco de Holanda: uma síntese dos espaços portugueses”. Anais do II Encontro Nacional de Estudos da Imagem. Londrina, 2009.
- FERREZ, Gilberto. “O Rio de Janeiro e a defesa de seu porto 1555-1800”. Serviço de Documentação Geral da Marinha, Rio de Janeiro, 1972.
- \_ Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1970).
- FOUCAULT, Michel. “Sobre a Geografia”. In. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1979.



FURTADO, Júnia Ferreira. “Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra de Sucessão Espanhola, o Tratado de Utrecht e a América

portuguesa na cartografia de D’Anville”. *Topoi*, v. 12, n. 23, jul - dez. 2011, p. 66-83.

FRIDMAN, Fania. “Donos do Rio em Nome do Rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro, J. Zahar Editor, 1999.

GESTEIRA, Heloisa Meireles – *Cidade Maurícia: a colonização neerlandesa no Brasil – 1637-1645*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1996. Dissertação de Mestrado.

HESPANHA, Antonio Manuel. “As Vésperas do Leviathan – Instituições e Poder Político. Portugal Século XVII”. Coimbra, Livraria Almedina, 1994.

KANTOR, Iris. “Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850)”. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. Vol. 17, nº2, São Paulo, 2009.

\_ “De esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)”. Hucitec, 2004.

KNAUSS, Paulo. “Imagem do Espaço, Imagem da História. A representação espacial da cidade do Rio de Janeiro”. *Tempo*, Rio de Janeiro, Vol. 2, nº3, 1997, p. 135-148.

LARA, Silvia Hunold. “Fragmentos Setecentistas: Escravidão, Cultura e Poder na América Portuguesa”. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

LEITE, Serafim. “História da Companhia de Jesus no Brasil – Volume I”. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1938.

LEITÃO, Henrique. “Sphaera Mundi”. In. “Sphaera Mundi: A Ciência na Aula da Esfera - Manuscritos Científicos do Colégio de Santo Antão nas Coleções da BNP”. Lisboa, Catálogos Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. “O Tempo Saquarema”. São Paulo, HUCITEC, 1987.

MATTOSO, José. “História de Portugal – Volume III. No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)”. Coimbra, Editorial Estampa, 1993.

\_ “História de Portugal – Volume IV. Antigo Regime”. Coimbra, Editorial Estampa, 1993.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Identificação da política setecentista. Notas sobre Portugal no início do período joanino”. *Revista Análise Social*, vol. XXXV (157), 2001, 961-987.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes – *O teatro da colonização: a cidade do Rio de Janeiro no tempo do conde de Bobadella (1733-1763)*. USP. Dissertação de Mestrado em História Social, 1993.

MORAES, Antonio Carlos Robert. “Território e História no Brasil”. São Paulo, ANNABLUME, 2005.

MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. “A Nova História Militar, o diálogo com a História Social e o Império Português”, Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH – São Paulo, Julho 2011.

REIS, Nestor Goulart. “Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial”. São Paulo, Edusp e Imprensa oficial, 2001.

ROSSA, Walter. “O Urbanismo Regulado e as primeiras cidades coloniais portuguesas”. In *Universo Urbanístico Português: 1415-1822*, Lisboa, 1998, p. 507-536.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. “Encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 – c.1750)”. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003.

SANTOS, Paulo. “Formação de Cidades no Brasil Colonial”. Rio de Janeiro, UFRJ/IPHAN, 2008.

SEHELLART, Michel. “As artes de governar. Do regimen medieval ao conceito de governo”. São Paulo, Ed. 34, 2006.

SKINNER, Quentin. “Uma genealogia do Estado moderno”. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2011.

SOUZA, Laura de Mello e. “O Sol e a Sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII”. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

VITERBO, Sousa. “Expedições científico-militares enviadas ao Brasil – Volume I”. Lisboa, Edições Panorama, 1962.

## **Anexo I**

Fonte: Francisco de Holanda, 1571.

Pois q̄ Lysboa não te nenhuma fortaleza selhe  
 a conter hū trabalho de guerra. E se dize  
 os q̄ pouco sabē e cōsiraō q̄ não ha mester  
 Lysboa fortaleza. por q̄ a fortaleza della são  
 os Portugeses. a isto Respōdo q̄ Nosso S<sup>N</sup>OR  
 HE SO<sup>U</sup> S<sup>U</sup>A fortaleza. e q̄ mais fortes forãõ Je  
 rusalem e Roma e Costantinopla. e Cartago  
 as quaes forãõ ate ofunido quasi assoladas.  
 Porisso ningūe se engane cō suas presūtuousas  
 Indescriçōes e pouca Prudencia. Pois vemos  
 q̄ os Santos Reis e PaPas Cūstumão fortale  
 cer suas Cidades. Assi q̄ ja q̄ V. A. mada polo  
 Reino fazer novas fortalezas e pola costa do  
 Mar como he miyto de Louuar. Mande tãbe  
 fazer a Lysboa sua fortissima fortaleza de Bas  
 tidēs, Portas e Murto, Pois q̄ he Cabeca de todas  
 Conforme a Este Deseño, ou aoutro melhor.



Ⓒ Lembrança das Portas q̄ falecē a Lysboa.